



CONCESSÃO DE CRÉDITO NA PRODUÇÃO FAMILIAR ORGÂNICA *GRANTING OF CREDIT IN ORGANIC FAMILY PRODUCTION*

Ariel Luiz de Sales Gomes¹, João Paulo Guimarães Soares², Maria Julia Pantoja³.

¹Estudante do Programa de Pós-Graduação em Agronegócios (PROPAGA) da Universidade de Brasília (UnB), ²Pesquisador Embrapa Cerrados e Professor do PROPAGA-FAV/UnB, ³Professora FAV/UnB.

¹drarielluiz@gmail.com, ²jp.soares@embrapa.br, ³jpantoja@unb.br.

Grupo de Trabalho (GT): GT04. Questão ambiental, agroecologia e sustentabilidade.

Resumo

O presente artigo busca analisar os motivos que levam os produtores orgânicos a não acessarem, em especial as linhas de crédito do Pronaf denominadas “Linhas Verde”. Um questionário eletrônico foi encaminhado, via aplicativo WhatsApp, a 2.325 produtores constantes do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos e os dados obtidos foram submetidos à análises estatística e de conteúdo. Os resultados evidenciaram que o acesso a linhas de crédito para produção orgânica pelos produtores familiares ainda é extremamente baixo. A maior parte dos produtores desenvolvem suas atividades com recursos próprios e que os motivos mais destacados para a não contratação de crédito nas linhas de crédito específicas para a produção orgânica estão ligados ao processo de concessão do crédito. Adicionalmente, os resultados sinalizaram a necessidade de revisão das linhas, com vistas a torná-las negocialmente mais atrativas, além de menos burocráticas, considerando as particularidades dos produtores e do sistema de produção orgânica.

Palavras-chave: Produção Orgânica. Agricultura familiar. Pronaf Verde. Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos.

Abstract

This article seeks to analyze the reasons that lead organic producers not to access specific credit lines for this audience, especially the Pronaf credit lines called “Linhas Verde”. For that, a questionnaire was sent via WhatsApp application to 2,325 producers listed in the National Register of Organic Producers, using statistical and content analysis as data analysis techniques. The results showed that access to credit lines for organic production by family farmers is still extremely low. Most producers develop their organic production activities with their own resources and that the most relevant reasons for not contracting credit in specific credit lines for organic production are linked to the credit granting process. It was also noticed that it was necessary to review the lines, making them more attractive for producers in terms of business, as well as less bureaucratic, considering the particularities of the producers and the organic production system.

Key words: Organic Production. Family farming. Pronaf Verde. National Register of Organic Producers.



1. Introdução

A agricultura familiar é responsável por cerca de 70% dos empregos no campo e caracteriza-se pela diversificação socioeconômica e pluriatividade (DEL GROSSI; MARQUES, 2010). Revelou também, nas últimas décadas ser de extrema importância nacional, especialmente quanto a sua colaboração para segurança alimentar, pela produção de grande parte dos alimentos presentes no prato do brasileiro, contribuição na redução do êxodo rural e empregabilidade no campo. Contudo, este segmento, pelo modelo de produção adotada no país, tem estado às margens do desenvolvimento, passando por dificuldades que ameaçam sua existência, especialmente quanto à viabilidade econômica e subsistência no campo.

Diante deste cenário, destaca-se a adoção da produção orgânica como importante alternativa para a agricultura familiar, pois, melhora as condições de renda, saúde e segurança alimentar dos agricultores familiares (ALMEIDA; TEIXEIRA, 2017). A lucratividade melhora significativamente devido ao maior valor agregado dos produtos certificados, o que ocorre sem grandes alterações no modo de produção. Por outro lado, algumas características desse sistema de produção podem dificultar sua adoção como o custo de adaptação de infraestrutura na conversão, dificuldades de manutenção durante o período de transição, custos de certificação e ausência de assistência técnica.

São crescentes as evidências de que a produção e o consumo de orgânicos estão em expansão no Brasil e no mundo (LOURENÇO; SCHNEIDER, 2022). Nesse cenário, de acordo com o Relatório Anual da Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM, 2021), o Brasil desponta como o 12º país com as maiores áreas de produção orgânica, estima-se que a área total atual do país destinada à produção orgânica seja de 1.283.054 hectares (incluindo aquelas em conversão). Só nos últimos dez anos o aumento delas foi de 37,6%, garantindo a 9ª posição mundial entre os países com maior incremento (IFOAM, 2021).

Quanto à demanda, o Brasil desponta como o maior mercado de orgânicos da América Latina (IFOAM; FIBL, 2021). Nesse sentido, os dados referentes ao consumo de orgânicos evidenciam um expressivo crescimento nos últimos anos. A Associação de Promoção dos Orgânicos aponta que o mercado de orgânicos quadruplicou suas vendas entre 2003 e 2017.

Historicamente o crédito rural tem sido o instrumento central da política agrícola para promover a produtividade e o aumento de renda no Brasil, contudo, quando se trata da agricultura familiar, as linhas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) são acessadas de maneira desigual, com a predominância da região sul, sendo que em algumas UF fora desta região o acesso é extremamente baixo.

Quando se analisa a adesão as linhas específicas para produção orgânica, as chamadas linhas “Verdes” (Pronaf Floresta, Pronaf Agroecologia, Pronaf Semiárido e Pronaf ECO), a situação piora, além de diversos Estados sequer contratarem operações e outros com quantidades irrisórias frente ao número de produtores cadastrados no CNPO, o desembolso financeiro é insignificante em comparação aos indicadores da política de crédito nacional, bem como em relação às demais modalidades de financiamento do Pronaf voltadas à modernização da agricultura familiar (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2021).

Devendo-se enfatizar que o acesso às linhas de crédito específicas para produção orgânica é extremamente importante, pois permite que os produtores familiares possam aderir e manter-se competitivos no sistema de produção orgânico e obter os benefícios deste sistema.

Assim, considerando que o acesso ao crédito é benéfico, fomentador das atividades agropecuárias e essencial para o desenvolvimento das atividades produtivas, em especial na conversão e manutenção do sistema de produção orgânico, o que justificaria a não adesão dos produtores por linhas aparentemente adequadas e formuladas exclusivamente para este público?

Para buscar responder ao questionamento aqui apresentado, o objetivo geral deste estudo é analisar o processo de obtenção de crédito rural sob a ótica dos produtores rurais



orgânicos, buscando identificar os motivos que justificariam a não adesão dos produtores por linhas aparentemente adequadas e formuladas exclusivamente para estes, verificando a adequação das linhas de crédito, perfil de endividamento, dificuldades e facilitadores.

2. Referencial teórico

2.1 Benefícios da adoção da agricultura orgânica pelos agricultores familiares

A agricultura familiar brasileira é referência em relação à empregabilidade no campo, geração de renda, abastecimento do mercado interno, preservação ambiental e a capacidade de produzir culturas diversificadas e produtos heterogêneos (DEL GROSSI; MARQUES, 2010).

Neste cenário, destaca-se a adoção da produção orgânica como importante alternativa de produção para a agricultura familiar, possibilitando maiores ganhos, devido ao maior valor agregado dos produtos certificados, sem que ocorram grandes alterações no seu modo de produção, uma vez que os agricultores familiares já utilizam insumos próprios, adotam a policultura, desenvolvem suas atividades em pequenas propriedades e se utilizam do uso intenso de força física na produção (SOARES et al., 2011).

Dentro dessa perspectiva, De Oliveira et al. (2019) asseveram que os produtos orgânicos despontam como uma alternativa para oferecer um produto diferenciado e com um alto valor agregado, satisfazendo aos consumidores e gerando renda extra a quem o produz. De fato, conforme afirmam Ayuya et al. (2015), os produtores certificados apresentam menor probabilidade de serem pobres multidimensionais em comparação com seu caso contrafactual de não participar de esquemas de certificação orgânica.

Na esteira dessas constatações, Altenbuchner, Vogel e Larcher (2018) mostram que os agricultores lucram com a agricultura orgânica, principalmente devido ao melhoramento do solo, por meio de exposição reduzida a produtos químicos tóxicos e menores custos de insumos, o que por sua vez reduz o custo de produção e a dependência de agiotas e permite que os pequenos agricultores melhorem seus meios de subsistência.

Campanhola e Valarini (2001) apresentam cinco argumentos afirmando que a agricultura orgânica é uma opção viável para a inserção dos pequenos agricultores no mercado. O primeiro argumento está relacionado à escala de produção, ao contrário das commodities, os produtos orgânicos podem ser vendidos diretamente aos consumidores ou através de cooperativas. O segundo é que os produtos orgânicos apresentam características de nichos de mercado e, portanto, visam atender a um segmento restrito e seletivo de consumidores, que têm disposição para pagar um sobrepreço por esses produtos. O terceiro refere-se à inserção dos pequenos agricultores nas redes de comercialização de produtos orgânicos, mas para isso os produtores devem estar organizados em associações ou cooperativas.

O quarto argumento diz respeito à oferta de produtos especializados que não despertam interesse dos grandes empreendedores agropecuários, podendo-se citar entre eles as hortaliças e as plantas medicinais, que historicamente são produzidos, sobretudo, por pequenos agricultores. E o quinto e último argumento é a diversificação da produção. Por fim, Campanhola e Valarini (2001) também apresentam algumas vantagens da prática da agricultura orgânica pelo pequeno agricultor:

- a) É viável em pequenas áreas e permite produção em pequena escala;
- b) Favorece a diversificação produtiva no estabelecimento;
- c) Menor dependência de insumos externos;
- d) Eliminação do uso de agrotóxicos;
- e) Maior biodiversidade nos solos;
- f) Maior valor comercial do produto orgânico em relação ao convencional;
- g) Maior vida útil dos produtos no período pós-colheita; e



- h) Adoção mais fácil para os agricultores que ainda não utilizam as tecnologias da agricultura moderna.

2.2 Crédito para a agricultura familiar e orgânica

Em 1996, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf – através do Decreto N° 1946, que destinava crédito e amparava os produtores familiares. De acordo com Mattei (2005) o Pronaf possuía quatro diretrizes:

- a) financiamento da produção: o programa destina anualmente recursos para custeio e investimento, financiando atividades produtivas rurais em praticamente todos os municípios do país;
- b) financiamento de infraestrutura e serviços municipais: apoio financeiro aos municípios de todas as regiões do país para a realização de obras de infraestrutura e serviços básicos;
- c) capacitação e profissionalização dos agricultores familiares: promoção de cursos e treinamentos para os agricultores familiares, conselheiros municipais e equipes técnicas responsáveis pela implementação de políticas de desenvolvimento rural;
- d) financiamento de pesquisa e extensão rural: destinação de recursos financeiros para a geração e a transferência de tecnologias para os agricultores familiares.

Delgado (2012) salienta que o Pronaf é de fato um programa voltado para a agricultura familiar, pois seus recursos para custeio canalizam-se principalmente para os cultivos alimentares.

Segundo Fornazier e Vieira Filho (2013), as políticas públicas, principalmente o crédito, permitiram que muitos produtores tivessem a oportunidade de utilizar recursos mais modernos na agricultura. A mudança na base técnica aumenta a necessidade de inversão na agricultura e, assim, o crédito passa a ser essencial para o acesso às tecnologias mais modernas, porém, nem todos tiveram acesso a estes recursos.

O Banco Mundial (2008), afirma que as restrições financeiras continuam muito disseminadas na agricultura, são dispendiosas e distribuídas de forma desigual, limitando a capacidade de competir dos pequenos proprietários, elas decorrem da falta de garantias e da relutância em colocar os ativos em risco como garantia quando eles são vitais para a subsistência.

Visando incentivar o sistema de produção orgânico, que colabora não só para a saúde dos consumidores, mas também para a saúde dos produtores e trabalhadores rurais e o meio ambiente, foram criadas as linhas de crédito do chamado Pronaf Verde, que começaram a operar em 2003.

Essas modalidades especiais de financiamento (Pronaf Floresta, Pronaf Agroecologia, Pronaf Semiárido e Pronaf ECO) buscam melhorar o uso dos recursos naturais no meio rural, estimulando a adoção de práticas conservacionistas e alternativas tecnológicas menos agressivas ao meio ambiente, visando acelerar o processo de transição das agriculturas convencional, tradicional e/ou moderna para a sustentável, com assistência técnica vinculada aos empréstimos as iniciativas que vêm sendo realizadas no âmbito das unidades familiares de produção (KLERING; PORSSSE; GUADAGNIN, 2010).

Porém, a criação das chamadas linhas “Verdes” não foi suficiente para alavancar a contratação de projetos de crédito do Pronaf para financiar sistemas de produção agroecológicos. A linha Pronaf Agroecologia, por exemplo, foi muito pouco acessada (SAMBUICHI, R H R; ÁVILA, M L; MOURA, I F; MATTOS, L M; SPÍNOLA, 2018).

Gazolla e Schneider (2013) destacam que demanda e o desempenho nas contratações do Pronaf linhas “Verdes” são insignificantes quando se consideram os recursos disponibilizados e o acesso às demais linhas do Pronaf.



Ao se analisar os dados do Banco Central, durante a série histórica disponibilizada (2015 a 2022), é possível observar Estados com baixíssimo número de contratações, e, alguns, sem nenhuma operação contratada, como o Distrito Federal e Roraima, a despeito de possuírem volume considerável de produtores orgânicos (Distrito Federal possui 261 e Roraima 41) cadastrados no cadastro nacional de produtores orgânicos (CNPO) junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA).

A evolução da contratação de operações de Pronaf Verde, conforme os dados do Bacen nos últimos 6 anos, pode ser observada na Tabela 1. Chama a atenção que a quantidade de operações vem diminuindo desde 2018, na contramão do observado nas linhas de crédito para produção convencional.

Tabela 1 – Evolução no volume e valor de operações contratadas de Pronaf Linhas “Verde”.

Ano	Quantidade	Valor (R\$)
2016	419	131.838.434,40
2017	603	209.953.026,70
2018	748	312.566.022,10
2019	704	412.884.578,00
2020	709	384.905.637,30
2021	619	449.231.781,10

Fonte: Adaptado de BACEN (2022).

Cabe ressaltar ainda, conforme Tabela 2, que quando estratificamos as operações contratadas desde o início da série histórica por linha de crédito, observamos que a linha com maior valor contratado é a linha Pronaf Semiárido, que não beneficia exclusivamente operações agroecológicas (não é considerada exclusivamente “Verde”), ou seja, não necessariamente produtores orgânicos e/ou agroecológicos acessaram a linha.

Tabela 2 – Operações de Pronaf Linhas “Verde” estratificadas por linha.

Linhas Pronaf	Quantidade	Valor Contratado (R\$)
Semiárido	1.491	953.903.424,80
Eco	1.678	792.896.680,40
Floresta	620	332.488.731,80
Agroecologia	437	39.610.919,45
Total	4.226	2.118.899.756,45

Fonte: Adaptado de BACEN (2022).

Buscando explicar a baixa demanda e o desempenho insignificante do Pronaf Verde, Gazolla e Schneider (2013) destacam os seguintes fatores: i) falta de conhecimento dos agricultores e divulgação sobre as linhas; ii) falta de assistência técnica adequada para elaborar os projetos de base ecológica; iii) custos elevados do processo de certificação orgânica por auditoria exigidos; e iv) dificuldades burocráticas de acesso ao crédito junto aos bancos.

Os entraves relacionados ao acesso de crédito passavam pela formatação inadequada das planilhas de apresentação dos projetos, falta da definição de metas de aplicação, carência de pessoal, desconhecimento das linhas de crédito verde por parte dos funcionários e/ou sua resistência em financiar projetos agroambientais que não eram prioritários nas agências (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2020).

Importante destacar que dos 10 itens destacados por Campanhola e Valarini (2001) como dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares orgânicos, o acesso ao crédito rural tem o potencial de resolver ao menos 4 deles, como o custo de adaptação de infraestrutura na



conversão, dificuldades de manutenção durante o período de transição, custos de certificação e ausência de assistência técnica.

3. Método

3.1 Identificação e seleção dos produtores para a construção e a aplicação do instrumento de avaliação sobre crédito rural

Foram selecionados no cadastro nacional de produtores orgânicos (CNPO) do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) 2.325 produtores orgânicos brasileiros de um total de 26.840. A seleção foi feita identificando-se na planilha gerada aqueles com atividade produtiva, excluindo aqueles com ações de extrativismo ou de processamento e que possuíam no campo “Contato”, o número de telefone celular cadastrado não duplicado, possibilitando assim o envio dos questionários de entrevistas via aplicativo *WhatsApp*.

Para a coleta de dados foi desenvolvido um questionário eletrônico, na plataforma *Google Forms*, com base no instrumento utilizado por Sales (2020). O convite para participação na pesquisa e o questionário foram encaminhados aos produtores selecionados, via aplicativo *WhatsApp*.

O instrumento final ficou composto de 31 itens, classificados nas seguintes categorias de conteúdos: i) fontes de recursos financeiros utilizados na produção; ii) tentativa ou não de acessar crédito rural, iii) grau de esforço para conseguir o crédito, os motivos que levaram os produtores a optar por demais linhas de crédito rural e não pelas linhas específicas para produção orgânica; iv) possíveis entraves e/ou facilitadores para o acesso ao crédito; e, v) dificuldades na adoção da produção orgânica.

3.2 Análise de dados

O tratamento e análise dos dados foram realizados por meio de análises estatísticas descritivas e de conteúdo. Para tanto, foram calculadas medidas de tendência central (média), dispersão (desvio-padrão) e coeficiente de variação.

Quanto à análise de conteúdo, as respostas obtidas foram organizadas, analisadas e agrupadas em categorias temáticas por meio de procedimentos sistemáticos, conforme recomendações de Bardin (2011) e Rocha *et al.*; (2011).

Visando verificar se a frequência absoluta observada de uma variável categórica é significativamente diferente da distribuição de frequência absoluta esperada foi aplicado o teste não paramétrico de Qui-quadrado, o qual possibilitou avaliar quantitativamente a relação entre o resultado observado no estudo e a sua distribuição esperada para o fenômeno. Todas as análises estatísticas foram realizadas com o auxílio dos softwares *Microsoft Excel* versão 2010 e *Programa R*, versão 4.1.2, Development Core Team (2009).

Com a finalidade de analisar os motivos que podem explicar o baixo acesso ao crédito por parte dos produtores orgânicos nas linhas “Verdes”, foram incluídas e selecionadas para análise estatística e de conteúdo as questões 24 “O Senhor(a) já tentou acessar ou contratou operação de crédito rural oficial?”, 26 “Quais foram os motivos que levaram o (a) senhor (a) a optar por demais linhas de crédito rural e não pelas linhas específicas para financiamento da produção orgânica?” e 27 “Quais foram os motivos que impediram ou levaram ao senhor (a) a nem tentar conseguir o crédito rural para sua produção?”.

Também foram especificadas três hipóteses: (H1) relacionada a motivos pessoais, como ser capitalizado ou temer endividar-se; (H2) relacionada às características das linhas de crédito, como não considerar o perfil dos produtores, as taxas, os prazos e carências; e (H3) relacionada às dificuldades inerentes ao processo de obtenção do crédito, como o desconhecimento das linhas, dos documentos necessários, a falta de assistência técnica especializada para elaboração dos projetos, entre outras.



Na análise de conteúdo das questões 24, 26 e 27, pertencentes ao bloco que focalizou as questões financeiras e de acesso ao crédito, foi utilizado o programa *NVIVO*. O corpus textual foi constituído por um texto que constava de 743 ocorrências (palavras, formas ou vocábulos), dentre as quais 80,8% foram descartadas ou agrupadas por terem sido computadas apenas uma vez no texto, apresentarem menos de três letras ou por similaridade.

A análise pela nuvem de palavras do *NVIVO* apresenta uma estrutura visual com palavras de tamanhos diferentes, de acordo com a frequência de cada uma delas no contexto dos discursos dos entrevistados.

4. Resultados e discussão

4.1 Dados demográficos, caracterização do perfil das propriedades, distribuição nos Estados e percepção dos produtores quanto à atividade de produção orgânica

Quanto aos dados demográficos, foi possível verificar a predominância de respondentes do sexo masculino (70%). No que se refere à idade, observou-se que a maior parte dos produtores pesquisados apresenta idade acima dos 40 anos (68%), e com relação à escolaridade, 46,5% possuem graduação ou pós-graduação completa, o que diverge dos dados encontrados no Censo 2017. Ainda, no que diz respeito ao estado civil, 78,9% são casados ou amasiados, e a principal renda auferida antes de iniciar a produção neste estabelecimento era de Agricultor para 29,6%.

No que tange à renda mensal familiar vinda de atividades agrícolas e pecuárias no estabelecimento, 54,4% dos respondentes auferem acima de 1 até 4 salários mínimos, já a renda mensal familiar vinda de atividades não-agrícolas, como trabalhos eventuais, trabalho assalariado, artesanato e pequenas atividades agroindustriais como confecção de doces, embutidos e conservas, 33,5% afirmam não possuir e outros 32% auferem renda acima de 1 até 4 salários mínimos, a média de pessoas que vivem dessas rendas familiares é de aproximadamente 4 pessoas por família.

Quanto à receita bruta anual da propriedade (RBA), a maioria dos respondentes informou possuir receita de até R\$50 mil (56%), e, apenas 8% possuir renda acima de R\$500 mil, percentuais muito próximos aos encontrados quando consideramos somente a produção orgânica (questão 6), reforçando a possibilidade de enquadramento no Pronaf de 92% dos respondentes, considerando o pré-requisito Receita Bruta do estabelecimento.

No que se refere às áreas das propriedades, conforme demonstrado na Tabela 3, a seguir, 70% das mesmas possuem menos de 20 hectares (ha), havendo maior predominância daquelas com 2-5ha, com 36% das propriedades, resultado esse significativo conforme o teste estatístico qui-quadrado.

Tabela 3 – Caracterização da relação tamanho da área (ha) e atividade em orgânicos das unidades produtivas.

Tamanho	Área Média	Número de Propriedades	Área Média Orgânica	Percentual Orgânico (Média)
Até 2	1,4	26	0,98	70%
De 2,1 à 5	3,4	36	2,08	61%
De 5,01 à 10	7,72	35	3,857	50%
De 10,01 à 20	14,47	32	7,45	51%
De 20,01 à 40	29,01	28	9,85	34%
Acima de 40	161,45	35	50,76	31%
Total		192		

(*) Significativo pelo teste de qui-quadrado ao nível de probabilidade de 5%.

Fonte: Dados da pesquisa com produtores orgânicos do CNPO.



Dessa forma é possível constatar que, de maneira geral essa realidade é similar aos resultados do censo agropecuário (IBGE, 2017), em que foi apontada a predominância de pequenas propriedades agropecuárias no Brasil, com áreas que variam de 0 a 10ha, demonstrando ser uma característica também das unidades de produção orgânica. Observa-se ainda, que apesar das pequenas áreas, os agricultores destinam a maior parte das propriedades, exclusivamente, para a produção orgânica, conforme observado na faixa de área de até 2 hectares, onde o percentual médio da área de produção orgânica é de 70%.

As características apresentadas acima enquadrariam praticamente todas as propriedades produtivas dentro do Pronaf, considerando que um dos pré-requisitos para enquadramento é não explorar área maior que 4 módulos fiscais, que no Brasil, segundo a Lei nº 8.629/1993, representa entre 20 e 440 hectares, já que um módulo fiscal varia de 5 a 110 hectares.

No que se refere à produção orgânica existente nas propriedades, conforme demonstrado na Tabela 4, a seguir, tem-se uma predominância de frutas, hortaliças e mandioca, presentes em mais de 50% das propriedades, chama a atenção quanto a ausência do café, bem como o fato da soja estar em último lugar entre os 10 produtos mais cultivados, o que contrasta com informações do MAPA que destaca estes produtos entre os principais produtos orgânicos cultivados no Brasil.

Tabela 4 – Produtos orgânicos produzidos nas unidades produtivas.

Produção Orgânica	Quantidade de Produtores	Participação (%)
Frutas	161	19%
Hortaliças	147	18%
Mandioca	125	15%
Milho	108	13%
Feijão	106	13%
Outros	80	10%
Mel	38	5%
Ovos	32	4%
Leite	23	3%
Soja	13	2%
Total	833	100%

(*) Significativo pelo teste de qui-quadrado ao nível de probabilidade de 5%.

Fonte: Dados da pesquisa com produtores orgânicos do CNPO.

Tal contraste pode estar relacionado com o volume da produção, aspecto não abordado na questão em tela, ou pelo fato de que o respondente podia marcar vários itens, independente da área produzida ou serem as principais produções. Em suma, a produção orgânica de frutas, hortaliças e de mandioca estão presentes na maioria das propriedades independente de sua área ou volume de produção.

Quanto à quantidade de produtos orgânicos produzidos por propriedade, ou seja, a diversificação da produção, a maioria dos respondentes informou possuir produção variada ou muito variada, o que reforça os dados obtidos na tabela anterior, onde a média de produtos produzidos por respondente ficou acima de 4 produtos.

No que diz respeito à receita bruta anual, apenas 4% dos respondentes superam os R\$500 mil que é o teto para enquadramento no Pronaf, com predominância (63%) das propriedades com receitas até R\$50 mil. Embora a planilha disponibilizada pelo MAPA não apresente a informação sobre quais produtores são beneficiários do Pronaf, subentende-se que



a maioria dos respondentes o seja, haja vista os resultados obtidos, não obstante haver outros pré-requisitos para enquadramento.

Os resultados obtidos também corroboram com o entendimento de que as características da produção orgânica, como a utilização de insumos próprios, policultura, a possibilidade de produção em pequenas propriedades e o uso intenso de força física na produção, se encaixam perfeitamente no modo de produção do agricultor familiar convencional (SOARES et al., 2011). Também, válida como certa a decisão de disponibilizar o maior número de Linhas de Crédito para produção orgânica dentro do Pronaf, visto as características dos produtores.

No que tange ao processo de desenvolvimento de novas técnicas de plantio, de manejo ou de fabricação nas propriedades, quando perguntados, 67% dos respondentes afirmaram terem desenvolvido tais processos em suas propriedades, reforçando assim o entendimento de que o produtor orgânico possui afinidade em adotar novas técnicas em sua produção (SANTOS et al., 2014).

Observa-se na Tabela 5, a seguir, que no desenvolvimento das novas técnicas as associações de produtores e as Emater foram as organizações que mais apoiaram os produtores, sendo relatadas por 89 produtores no total. Não obstante, os fornecedores de insumos e as universidades foram os que menos apoiaram, sendo mencionados por apenas 22 produtores.

Tabela 5 – Organizações que apoiaram o desenvolvimento de novas técnicas nas unidades produtivas.

Organização	Quantidade	Percentual (%)
Associação de Produtores	49	17%
EMATER	40	14%
Outros	30	10%
SENAR	26	9%
Nenhum	27	9%
Cooperativa	23	8%
Produtores vizinhos	24	8%
EMBRAPA	16	6%
Secretaria de Agricultura	16	6%
Assistências técnicas privadas	16	6%
Universidade	13	4%
Fornecedores de insumos	9	3%
Total	289	100%

(*) Significativo pelo teste de qui-quadrado ao nível de probabilidade de 5%.

Fonte: Dados da pesquisa com produtores orgânicos do CNPO.

Percebe-se ainda, pelo baixo percentual (apenas 9%) dos que não receberam nenhum apoio, que existe significativo apoio (91%) por parte das organizações aos produtores orgânicos quando do desenvolvimento de novas técnicas nas unidades produtivas.

Quanto às dificuldades na adoção da produção orgânica nas propriedades, embora contem com o apoio de diversas organizações e detenham linhas de crédito específicas para o financiamento da produção orgânica, conforme evidenciado, a seguir (Tabela 6), a dificuldade mais citada pelos produtores familiares se refere à falta de financiamento, sendo elegida por 29% dos respondentes.

Tabela 6 – Principais dificuldades na adoção do sistema orgânico de produção.

Variável	Quantidade	Percentual (%)
Maior dificuldade é a falta de financiamento	59	29%
Maior dificuldade é a incerteza na comercialização	34	17%



Maior dificuldade é a falta de assistência técnica especializada	29	14%
Maior dificuldade é a falta de treinamento e Capacitação para condução deste tipo de produção	21	10%
Maior dificuldade é o desconhecimento sobre os sistemas e normas	12	6%
Maior dificuldade é o prazo de conversão para o Sistema	5	3%
Maior dificuldade é o custo de conversão	5	3%
Outros	37	18%
Total	165	100%

(*) Significativo pelo teste de qui-quadrado ao nível de probabilidade de 5%.

Fonte: Dados da pesquisa com produtores orgânicos do CNPO.

Destaca-se que, a maioria das linhas de crédito específicas para a produção orgânica exigem o acompanhamento técnico, tanto na elaboração do projeto, quanto para o acompanhamento das atividades, ou seja, são créditos produtivos orientados, prevendo que o produtor receba orientação técnica ao acessá-las, e, sua baixa adesão pode estar associada a falta de assistência técnica e a falta de treinamento e capacitação representarem somados a maior dificuldade para 24% dos respondentes.

Ainda, o prazo e o custo de conversão, apontados por estudos de Campanhola e Valarini (2001) como dificuldades relevantes para a adoção do sistema orgânico de produção, foram percebidos por apenas 3% dos respondentes cada um, figurando em último e antepenúltimo lugares na tabela.

4.2 Capital social, aprendizado e arranjos institucionais

Segundo o (MUNDIAL, 2008), a ação coletiva das organizações de produtores pode reduzir os custos das transações nos mercados, fomentar maior representação nos fóruns de políticas nacionais e internacionais e alavancar algum peso no mercado, sendo essenciais para os pequenos proprietários alcançarem competitividade.

Diante desta realidade, o capital social se destaca como peça-chave ao bom funcionamento de tais ações coletivas, especialmente quando se consideram as características do sistema de produção orgânica, sobretudo no tocante as OCS (DAROLT et al., 2016). Nesse sentido, de acordo com a Tabela 7, a seguir, a percepção dos produtores em relação ao capital social apresenta boas médias, estando todas acima da nota 7, todas com um baixo desvio padrão (com exceção da questão 20e), o que revela homogeneidade nas respostas, demonstrando que o capital social configura uma percepção compartilhada por todos os produtores.

Tabela 7 – Percepção do capital social nas propriedades produtivas.

Questões	Nota Média	Desvio-Padrão
20a – Confio pessoalmente nas pessoas com as quais tenho contato na realização de atividades de colaboração.	8,69	1,37
20b – Mantenho relações pessoais próximas com os membros das organizações parceiras.	8,29	1,57
20c – Boa parte de nossa comunicação é feita em encontros informais e em reuniões.	8,39	1,61
20d – Tenho grandes expectativas de que estas relações sejam duradouras.	8,67	1,41



20e – Modifiquei formas de produzir na minha propriedade em função de projetos desenvolvidos por intermédio de uma organização com a qual tenho uma relação de colaboração.	6,89	2,52
20f – A comunicação do que queremos é facilitada porque conseguimos falar a mesma linguagem.	8,00	1,60
20g – A solução de problemas junto com nossos parceiros é fundamental para o sucesso de nossa parceria.	8,78	1,29
20h – A solução de problemas de forma compartilhada é facilitada quando existem experiências semelhantes de ambas as partes.	9,04	1,03
20i – Partilhamos a mesma visão de agricultura e melhoria das condições da produção que os nossos parceiros.	8,69	1,28

Onde: '1' indica 'Discordo Fortemente' e '10' indica 'Concordo fortemente'.

Fonte: Dados da pesquisa com produtores orgânicos do CNPO.

Embora os resultados apresentados na Tabela 7 evidenciem dados favoráveis a um bom relacionamento social entre os produtores, verifica-se certa dificuldade quanto ao fator aprendido, conforme demonstrado na Tabela 8, abaixo, que especifica apenas os produtores de outras localidades, a associação de produtores e a *internet* com notas acima de 7, e apenas a *internet* e produtores de outras localidades com baixo desvio-padrão, o que demonstra uma heterogeneidade nas respostas.

Tabela 8 – Fontes de informações para melhorar e diversificar a produção.

Questões	Nota Média	Desvio-Padrão
21a – Informações dos produtores vizinhos.	6,55	2,47
21b – Informações de produtores amigos de outras localidades.	7,90	1,60
21c – Informações da Cooperativa.	6,05	3,12
21d – Informações da <i>internet</i> .	7,64	1,74
21e – Informações da EMATER.	5,00	2,87
21f – Informações da EMBRAPA.	5,13	3,01
21g – Informações da associação de produtores orgânicos.	7,61	2,37
21h – Informações da universidade.	4,93	2,88
21i – Informações de ONG.	4,27	2,93

Onde: '1' indica 'Discordo Fortemente' e '10' indica 'Concordo fortemente'.

Fonte: Dados da pesquisa com produtores orgânicos do CNPO.

4.3 Linhas, políticas públicas e organizações de apoio à obtenção de crédito oficial

As políticas públicas para a agricultura familiar são temas centrais no debate acadêmico e no âmbito da literatura brasileira. Sendo assim, analisar o acesso destes produtores a estas políticas é de suma importância. Essa relação foi alavancada principalmente em decorrência do ideário produtivo inserido nas décadas de 60 e 70, que contribuiu para uma classe de agricultores familiares fragilizada e o aumento da disparidade com os grandes produtores (MATTEI, 2014).

Conforme demonstra a Tabela 9, a maioria dos respondentes (67%) desenvolve suas atividades com recursos próprios, sendo esse dado significativo de acordo com o teste de qui-quadrado, o resultado evidencia a falta de acesso ao crédito rural, indispensável para a realização de investimentos produtivos e estruturais nas propriedades, por parte dos produtores orgânicos.



Tabela 9 – Fontes de recursos financeiros utilizados na produção.

Variável	Quantidade	Percentual
Recursos próprios	132	65,0%
Crédito rural em bancos públicos	22	10,8%
Crédito rural em bancos privados e cooperativas de crédito	14	6,9%
Crédito bancário não relacionado com crédito rural (CDC, Cartão, Cheque Especial)	9	4,4%
Parentes e amigos	8	3,9%
Crédito e/ou insumos em cooperativas de produtores	6	3,1%
Crédito rural em instituições públicas e privadas	2	1,0%
Agiotas	1	0,5%
Linhas de fomento Estadual (ex. PROSPERA)	1	0,5%
Pronaf	1	0,5%
Outros	7	3,4%
Total	203	100%

(*) Significativo pelo teste de qui-quadrado ao nível de probabilidade de 5%.

Fonte: Dados da pesquisa com produtores orgânicos do CNPO.

O resultado está em consonância com os dados obtidos em outros estudos, especialmente quanto a baixa demanda e o desempenho insignificante do Pronaf Verde (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2013), visto que apenas um respondente informou utilizar recursos do Pronaf para desenvolver suas atividades. Visando analisar os motivos que levaram a baixa adesão dos produtores às linhas de crédito rural destinadas à produção orgânica, eles foram solicitados a responder se tentaram acessar, pretendem acessar, tentaram, mas não conseguiram e se conseguiram acessar operações rurais nas linhas orgânicas e convencionais.

Conforme especificado na Tabela 10, a seguir, apenas 9% dos produtores contrataram operações rurais nas linhas para orgânicos, outros 25% possuem operações em outras linhas convencionais, e, 42% nem tentaram obter créditos rurais, destes, 17% pretendem obter e 25% não, sendo esse dado significativo de acordo com o teste de qui-quadrado.

Tabela 10 – Informações sobre contratação ou tentativa de contratação de operação de crédito rural.

Variável	Quantidade	Percentual (%)
Tenho operação rural contratada (Linhas Orgânicos)	17	9%
Tenho operação rural contratada (Demais Linhas)	48	25%
Tentei, mas não consegui (Linhas Orgânicos)	30	15%
Tentei, mas não consegui (Demais Linhas)	18	9%
Nem tentei	49	25%
Nem tentei, mas pretendo tentar	33	17%
Total	195	100%

(*) Significativo pelo teste de qui-quadrado ao nível de probabilidade de 5%.

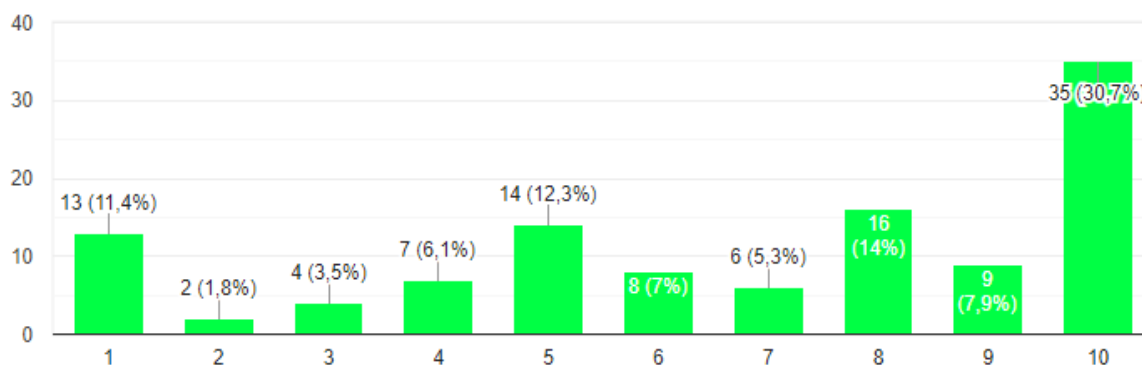
Fonte: Dados da pesquisa com produtores orgânicos do CNPO.

Investigar o que levaria 42% dos respondentes a nem tentar contratar operações de crédito rural é um dos objetivos desta pesquisa, especialmente quando 29% afirmam terem como principal dificuldade para adoção do sistema de produção orgânica, a falta de crédito.

Quanto ao grau de esforço realizado para conseguir contratar operação de crédito rural, os resultados constantes do Gráfico 1, a seguir, apresentam alto grau de esforço pela maioria dos respondentes, com mais de 50% indicando esforço acima de 7.



Gráfico 1 – Grau de esforço realizado para conseguir contratar operação de crédito rural.



Fonte: Dados da pesquisa com produtores orgânicos do CNPO.

O resultado apresentado corrobora com as dificuldades inerentes ao processo de obtenção de crédito, apontadas por Aquino, Gazolla e Schneider (2021), como formatação inadequada das planilhas de apresentação dos projetos, falta da definição de metas de aplicação, carência de pessoal, desconhecimento das linhas de crédito verde por parte dos funcionários e/ou sua resistência em financiar projetos agroambientais que não eram prioritários nas agências, entre outras.

Quanto aos motivos que levaram os produtores a optar por demais linhas de crédito rural e não pelas linhas específicas para financiamento da produção orgânica, conforme observado na Tabela 11, a seguir, os mais citados foram o desconhecimento das linhas (36%), a burocracia ali existente (18%) e a falta de assistência técnica para fazer a proposta (16%).

Tabela 11 – Motivos que levaram os produtores a optar por demais linhas de crédito rural em detrimento as linhas específicas para financiamento da produção orgânica.

Variável	Quantidade	Percentual (%)
Desconhecia as linhas	37	36%
Achei as linhas pouco atrativas	6	6%
Achei mais burocráticas	19	18%
Mudei de linha por indicação da Assistência Técnica	1	1%
Mudei de linha por indicação do Banco	4	4%
Não encontrei assistência técnica para fazer a proposta	17	16%
Contratei/Tentei em “Linhas Orgânicas”	6	6%
Outra	14	13%
Total	104	100%

(*) Significativo pelo teste de qui-quadrado ao nível de probabilidade de 5%.

Fonte: Dados da pesquisa com produtores orgânicos do CNPO.

Os resultados, com exceção dos custos elevados, vão ao encontro dos achados empíricos obtidos por Gazolla e Schneider, (2013), que buscando explicar a baixa demanda e o desempenho insignificante do Pronaf Verde, destacaram: a falta de conhecimento dos agricultores e divulgação sobre as linhas, a falta de assistência técnica adequada para elaborar os projetos de base ecológica, os custos elevados do processo de certificação orgânica por auditoria exigidos e as dificuldades burocráticas de acesso ao crédito junto aos bancos.

Os produtores que responderam não terem tentado acessar as linhas de crédito foram convidados a responder sobre os motivos que os levaram a esta atitude, a fim de gerarem insumos que permitissem analisar a pertinência da Hipótese 1, e, embora na questão número 24, apenas 49 respondentes informaram não terem tentado contratar crédito rural, 162



responderam à questão. Assim, decidiu-se por apresentar na Tabela 12, que se segue, todo o público respondente.

Tabela 12 – Motivos que impediram/levaram os produtores a nem tentar conseguir o crédito rural para a produção.

Variável	Quantidade	Percentual
Não preciso de financiamento sou capitalizado	22	13,5%
Ausência de assistência na elaboração da proposta	22	13,5%
Outros	21	13,0%
Não sei por onde começar (o processo é confuso)	16	10,0%
Não tenho documentos necessários (licença, outorga, etc...)	16	10,0%
Tenho restrições	14	8,5%
Demora	14	8,5%
Tentei/Conseguí contratar	11	7,0%
Valor disponibilizado não atende minhas necessidades	10	6,0%
Não tenho garantias	8	5,0%
Tenho operações rurais em atraso	4	2,5%
Questão fundiária, minha terra não é legalizada	4	2,5%
Total	162	100%

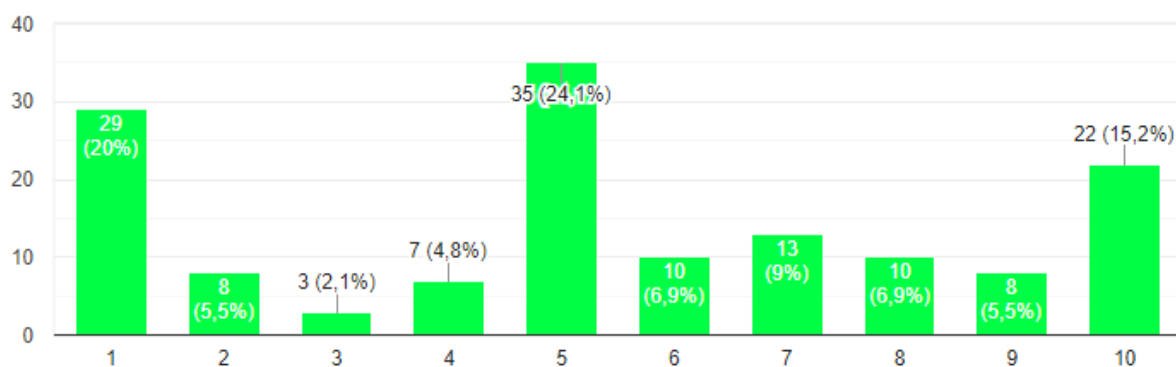
(*) Significativo pelo teste de qui-quadrado ao nível de probabilidade de 5%.

Fonte: Dados da pesquisa com produtores orgânicos do CNPO.

Ao analisar os resultados apresentados, percebeu-se uma grande variedade de motivos, com respostas bastante diversificadas, sendo ser capitalizado e ausência de assistência técnica os principais motivos que levaram os respondentes a nem tentar, porém, ambos com um percentual baixo, ambos com 13,5%. Por outro lado, a questão fundiária (2,5%), a ocorrência de operações rurais em atraso (2,5%) e a falta de garantias (5%) figuraram entre as menos citadas pelos respondentes, sendo esses dados significativos de acordo com o teste de qui-quadrado.

A percepção dos produtores sobre o quanto as linhas de crédito específicas para produção orgânica são adequadas para fomentar sua produção orgânica pode ser observada no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Grau de adequação das linhas de crédito específicas para produção orgânica para fomentar a produção.



Fonte: Dados da pesquisa com produtores orgânicos do CNPO.

Embora 20% dos respondentes tenham dado nota 1 (que classifica como inadequadas as linhas), cerca de 70% dos respondentes atribuíram nota igual ou maior que 5, o que foi considerado como positivo e indicativo de que as linhas são adequadas para fomentar a produção orgânica. Este resultado está alinhado com os resultados encontrados na seção 4.2.1



sobre as áreas das propriedades, atividades de produção desenvolvidas e renda, onde a maioria dos respondentes estariam enquadrados no Pronaf, e, a maior parte das linhas para produção orgânica são destinadas a agricultores familiares.

A avaliação da atuação das organizações Assistência Técnica Pública (ATER), as Assistências Técnicas Privadas, às Instituições Financeiras e as de Instituições, Organizações e Órgãos Públicos (Seagri, SFA, etc.) de apoio à agricultura orgânica quanto à atuação no apoio a obtenção de crédito oficial por parte dos produtores pode ser observada na Tabela 13, a seguir.

Tabela 13 – Avaliação da atuação das entidades no apoio na obtenção de crédito oficial

Questões	Avaliação					
	Ótima	Boa	Regular	Ruim	Péssima	Não Existem
30. Como o senhor(a) avalia a atuação da Assistência Técnica Pública (ATER) em relação ao apoio na obtenção de crédito oficial?	4,49%	21,91%	30,90%	25,28%	17,42%	-
31. Como o senhor(a) avalia a atuação das Assistências Técnicas Privadas em sua localidade?	8,94%	24,39%	40,65%	13,01%	13,01%	35,26%
32. Como o senhor(a) avalia a atuação das Instituições Financeiras no tocante ao Crédito Rural em sua localidade?	5,26%	17,37%	38,42%	21,58%	17,37%	-
33. Como o senhor(a) avalia a atuação de instituições, organizações, órgãos públicos (Seagri, SFA, etc.) de apoio à agricultura orgânica no tocante à divulgação e/ou apoio na contratação de operações de crédito rural oficial?	3,35%	11,17%	44,69%	-	40,78%	-

Fonte: Dados da pesquisa com produtores orgânicos do CNPO.

Ao analisar os dados apresentados, constatou-se que as Assistências Técnicas Públicas (ATER) foram as mais mal avaliadas pelos produtores, com 42% de avaliações ruins ou péssimas, seguida pelas instituições, organizações, órgãos públicos (Seagri, SFA, etc.) de apoio à agricultura orgânica, com 40% de indicações ruins ou péssimas. As melhores avaliações



foram relativas as Assistências Técnicas Privadas com 73% de avaliações entre ótima, boa e regular, seguido das Instituições Financeiras com 65%.

Os dados chamam atenção quanto à falta de assistências técnicas privadas, ou falta de conhecimento destas por parte de 35% dos produtores, número bastante expressivo, especialmente considerando o importante papel desempenhado por estas no processo de concessão de crédito rural pelas instituições financeiras, bem como o fato de terem sido as mais bem avaliadas entre as entidades pesquisadas.

4.4 Análise qualitativa e quantitativa das hipóteses

Para analisar os motivos associados a não adesão dos produtores pelas linhas de crédito específicas para produção orgânica, as respostas das questões 26 e 27 foram consideradas mais relevantes e categorizadas, conforme as seguintes hipóteses:

- Hipótese 1: os produtores orgânicos não buscam crédito para o desenvolvimento de suas atividades devido ao receio de endividarem-se, serem capitalizados, não acreditar no sistema de crédito e outras características pessoais.
- Hipótese 2: os produtores orgânicos não buscam crédito para o desenvolvimento de suas atividades devido às características das linhas disponíveis, que, embora exclusivas e customizadas, não são adequadas à produção orgânica, uma vez que não consideram o perfil dos produtores (renda não agropecuária), as condições das linhas (taxas, prazo e carência), características da produção (custos, mão de obra utilizada, itens passíveis de financiamento) e documentação exigida.
- Hipótese 3: os produtores orgânicos não buscam crédito nas linhas exclusivas para o desenvolvimento de suas atividades devido às dificuldades inerentes ao processo de obtenção do crédito, como o desconhecimento das linhas e dos documentos necessários, a falta de assistência técnica especializada para elaboração dos projetos, a atuação burocrática dos Bancos e demais instituições (onde não encontram um cenário favorável) ou demora na liberação do crédito.

Assim, foram estabelecidos parâmetros e definições operacionais para a categorização das respostas, conforme apresentado na Tabela 14, a seguir.

Tabela 14 – Categorização temática e definições operacionais.

Hipóteses	Categorização Temática	Definições operacionais
Hipótese 1	Motivos pessoais	Foram agrupadas respostas que indicam que os produtores orgânicos não buscam crédito nas linhas exclusivas orgânicas devido a motivos pessoais, como receio de endividarem-se, não acreditar no sistema de crédito, serem capitalizados e outras características pessoais.
Hipótese 2	Características das Linhas de Crédito	Foram agrupadas respostas que indicam que os produtores orgânicos não buscam crédito nas linhas exclusivas orgânicas devido às dificuldades inerentes às características destas linhas de crédito, como inadequação ao perfil dos produtores, especialmente a renda não agropecuária, as condições negociais das linhas, como taxas, prazo e carência, também inadequação quanto às características da produção,



		como custos, tipo de mão de obra utilizada, itens passíveis de financiamento e documentação exigida.
Hipótese 3	Características do Processo de Obtenção do Crédito	Foram agrupadas respostas que indicam que os produtores orgânicos não buscam crédito nas linhas exclusivas orgânicas devido às dificuldades inerentes ao processo de obtenção do crédito, como o desconhecimento das linhas e dos documentos necessários, a falta de assistência técnica especializada para elaboração dos projetos, a atuação burocrática dos Bancos e demais instituições (onde não encontram um cenário favorável) ou demora na liberação do crédito.

Fonte: Elaboração própria.

Na Hipótese 1 foram agrupadas respostas com foco em Motivos Pessoais, tais como: “decisão pessoal por não confiar no sistema”, “Não preciso”, “Falta de tempo para se movimentar em busca do melhor crédito”, “Ainda não posso ter dedicação exclusiva na produção orgânica” e outros.

No que diz respeito às respostas que abordaram a falta de garantias, existência de restrições, atrasos no pagamento de operações, falta de documentação foram classificadas na Hipótese 2, na medida em que em todos os relatos a dificuldade central recai na Linha de Crédito, que poderia ser alterada e os produtores atendidos, semelhante ao que ocorre em linhas com risco do tesouro, como o Pronaf A.

Por fim, todas as respostas associadas ao processo de concessão de crédito, desde o desconhecimento das linhas (falta de divulgação), a demora e falta de assistência técnica para elaboração do projeto, até a mudança por indicação do Banco foram agrupadas na Hipótese 3.

A quantidade de respondentes conforme categorização das respostas das questões 26 e 27 dos 174 respondentes estão apresentadas na Tabela 15.

Tabela 15 – Quantidade de respondentes conforme categorização referente às Hipóteses 1, 2 e 3.

Hipótese	Quantidade	Percentual (%)
Hipótese 1	21	12%
Hipótese 2	66	38%
Hipótese 3	87	50%
Total	174	100%

Fonte: Elaboração própria.

Por fim, as respostas referentes às Hipóteses foram processadas no aplicativo *NVIVO* que apontou a conectividade entre as ocorrências, conforme a Nuvem de Palavras, ilustrada na Figura 3, em que as palavras que aparecem em destaque foram as mais citadas, entre elas: “assistência”, “desconhecia”, “capitalizado”, documentação e burocráticas.



AQUINO, Joacir Rufino De; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. **Tentativas de inclusão da agricultura de base ecológica no Pronaf: Do otimismo das linhas de crédito verde ao sonho frustrado do I Planapo.** Revista Grifos, [S. l.], v. 30, n. 51, p. 163–189, 2020. DOI: 10.22295/grifos.v30i51.5548.

AYUYA, Oscar I.; GIDO, Eric O.; BETT, Hillary K.; LAGAT, Job K.; KAHN, Alexander K.; BAUER, Siegfried. **Effect of certified organic production systems on poverty among smallholder farmers: Empirical evidence from Kenya.** World Development, [S. l.], v. 67, p. 27–37, 2015. DOI: 10.1016/j.worlddev.2014.10.005.

CAMPANHOLA, Clayton; VALARINI, Pedro José. **A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor.** Cadernos de Ciência e Tecnologia, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 69–101, 2001.

DAROLT, Moacir Roberto; LAMINE, Claire; BRANDENBURG, Alfio; FAGGION ALENCAR, Maria De Cléofas; ABREU, Lucimar Santiago. **Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil.** Ambiente e Sociedade, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 1–22, 2016.

DE OLIVEIRA, Gustavo Magalhães; DA CUNHA, Christiano França; CALEMAN, Silvia Morales De Queiroz; MAIA, Roberta Luiza Gomes. **Information asymmetry: the case of cattle supply transaction in Brazil.** British Food Journal, [S. l.], v. 121, n. 8, p. 1825–1837, 2019. DOI: 10.1108/BFJ-01-2019-0041.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo; MARQUES, Vicente P. M. de Azevedo. **Agricultura familiar no censo agropecuário 2006: o marco legal e as opções para sua identificação.** Estudos Sociedade e Agricultura, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 127–157, 2010.

DELGADO, Nelson Giordano. **Agronegócio e agricultura familiar no Brasil: Desafios para a transformação democrática do meio rural.** Novos Cadernos NAEA, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 85–129, 2012. DOI: 10.5801/ncn.v15i1.868.

FORNAZIER, Armando; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. **Heterogeneidade estrutural na Produção agropecuária: uma comparação da Produtividade total dos fatores no Brasil e nos estados unidos.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, [S. l.], n. 9, p. 1689–1699, 2013.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. **Qual “fortalecimento” da agricultura familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no rio grande do sul.** Revista de Economia e Sociologia Rural, [S. l.], v. 51, n. 1, p. 45–68, 2013. DOI: 10.1590/S0103-20032013000100003.

IBGE. **Resultados definitivos: Distrito Federal. 2017.** DOI: 10.1017/CBO9781107415324.004.

IFOAM. **The world of organic agriculture.** [s.l.: s.n.].

KLERING, L.; PORSSE, M.; GUADAGNIN, L. **Novos caminhos da administração pública brasileira.** Análise, [S. l.], p. 4–17, 2010.

LOURENÇO, Andréia Vigolo; SCHNEIDER, Sergio. **Características da agricultura orgânica no sul do Brasil: Evidências a partir do Censo Agropecuário 2017.** DRd – Desenvolvimento Regional em debate, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 165–190, 2022.

MARCONDES, M. I.; VELOSO, C.M.; GUIMARÃES, J.D. **Produção orgânica de leite: desafios e perspectivas.** 13-43. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/profile/Joao->



Paulo-

Soares/publication/221935335_Producao_organica_de_leite_Desafios_e_perspectivas/links/0fcfd5040b260ca654000000/Producao-organica-de-leite-Desafios-e-perspectivas.pdf >. Acesso em: 01, Junho 2022.

MATTEI, Lauro. **Revista econômica do Nordeste**. Revista Econômica do Nordeste, [S. l.], v. 45, n. 5, p. 83–92, 2014.

MUNDIAL, Banco. **Relatório sobre desenvolvimento mundial de agricultura para o desenvolvimento**. [s.l: s.n.].

Santos, C. F. D., Siqueira, E. S., Araújo, I. T. D., & Maia, Z. M. G. (2014). **A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar**. Ambiente & Sociedade, 17, 33-52.

Disponível

em:

<https://www.scielo.br/j/asoc/a/Q8YfrW7m6mLWBWBcmcbKkrQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 01 Julho 2022.

SALES, Pedro Canuto Macedo. **Sistemas integrados de produção e comercialização de alimentos orgânicos: estudo de caso do assentamento Nova Camapuã – DF**. Publicação: 186/2020. 2020. [S. l.], 2020.

SAMBUICHI, R H R; ÁVILA, M L; MOURA, I F; MATTOS, L M; SPÍNOLA, P. A. C. O **Financiamento da transição agroecológica no Brasil: será que estamos no caminho certo?** [S. l.], v. 13, 2018.

Soares, J. P. G., Aroeira, L. J. M., Fonseca, A. H. F., Fagundes, G. M., & Silva, J. B. (2011). **Produção orgânica de leite: desafios e perspectivas**.